

O PÚBLICO-ALVO DA SALA DE RECURSOS E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM DISCURSO EM EVIDÊNCIA

Renata Gomes Monteiro (Doutora em Educação, Coordenadora de área Pibid - PEDAGOGIA/AEE/ UFPI/CCE)

1. Introdução

Como e o que aprendem os discentes tem sido pauta frequente de inúmeras discussões no âmbito acadêmico. Mas ainda o que dizer quando a tentativa é entender como ocorre o processo de construção de conhecimento dos alunos público-alvo das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM)¹ das escolas públicas? Isso pelo fato de que estes necessitam não apenas do acompanhamento do professor da sala regular, mas também dependem de um suporte especializado que lhes é oferecido (ou deveria ser) por meio do atendimento educacional especializado (AEE), uma vez que este é apresentado como um dispositivo pelo qual o discente com deficiência possa alcançar níveis plenos de aprendizagem e de desenvolvimento, e assim possam ser integrados de forma efetiva nos moldes condizentes da classe comum.

Destarte, decidi dirigir meu olhar de investigadora sobre as diversas práticas pedagógicas que são acionadas no âmbito das Salas de Recursos, levando em conta o perfil dos alunos atendidos nesses espaços, uma vez que o maior objetivo da SRM é ser um local de efetivação da educação inclusiva conferindo uma transição de uma educação respaldada pela discriminação, segregação e isolamento, para uma perspectiva inclusiva direcionada para a igualdade de oportunidade, agregação e exclusão de ações que excluem ao invés de incluir. Nesse ponto, não me furto de lembrar sobre a ampla discussão existente no que concerne a entender que o tratamento diferenciado também propõe e gera uma forma velada de exclusão, ressalto, porém, que este não é o foco trabalho.

Nesse estudo seguimos as reflexões teóricas de Bendinelli (2018), Tunes (2003), Luna (2015,) dentre outros autores que discutem o tema da inclusão, especialmente no âmbito das escolas, e os fatores atrelados às condições humanas (profissionais capacitados para lidar com as crianças e jovens com deficiência), aos materiais (por exemplo, o arranjo físico da sala e os recursos

¹ Local onde é ofertado Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas públicas. Nessas salas encontramos diversos materiais e recursos pedagógicos e de acessibilidade que são utilizados com o público alvos desses espaços, por exemplo: estudantes com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/ superdotação.

próprios para atender o aluno PAEE), e aos aspectos éticos que permeiam o âmbito complexo da educação especial.

2. Fundamentação Teórica

Sabemos que legalmente a SRM deve prestar apoio para alunos com deficiência auditiva, mental, visual, física; alunos com Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e os que apresentam Altas habilidades/superdotação. Porém, minha experiência no PIBID junto aos profissionais que prestam AEE nas salas de recursos das escolas públicas tem mostrado que na prática as demandas que adentraram as portas da SRM são muito mais numerosas e diversas. Verificamos que também estão sendo atendidos ou pelo menos estão inseridos na sala de recursos discentes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno Desafiador Opositor (TOD), Dislexia, e outros com quadro típico de depressão e e comportamento de automutilação.

Deve-se ficar claro que, em alguns casos, o aluno atendido na sala de recursos apresenta o perfil descrito nos documentos legais que regem o AEE, porém ele também apresenta concomitante com a deficiência um outro tipo de transtorno ou dificuldade que não está estabelecido nos documentos normativos que regem a Educação Especial.

Sendo assim, por conta dessas situações complexas e diversas verificamos que as práticas pedagógicas estabelecidas também o são. Deste modo, essa multiplicidade de afazeres dos profissionais das salas de recursos parece ser um ponto problemático, causando sobrecarga de trabalho e a sensação de não entender bem como conduzir as atividades quando, por exemplo, tem que atender a uma demanda de depressão ou de TOD já que envolvem aspectos de cunho muito mais psicológico e emocional do que, necessariamente, pedagógico.

Luna (2015, p. 78) nos alerta que:

As atribuições do professor de AEE cabe uma gama de atividades e conhecimento muito amplo, o que muitas vezes se torna inviável ter um profissional capaz de realizar plenamente e com eficácia tantas responsabilidades, ainda mais quando estes afazeres ainda necessitam de uma formação específica de acordo com as demandas relativas as diversas deficiências passíveis de atendimento na SRM, além de alunos com TGD e altas habilidades/superdotação.

Em vista do foi exposto, Tunes (2003) nos levar a pensar todas essas questões pela perspectiva do desafio:

[...] um desafio só se apresenta como tal se for difícil, complexo e implicar a possibilidade de sucesso ou de fracasso. [...] é muito comum ouvirmos as pessoas dizerem que não se sentem preparadas para atuar com as crianças e

os jovens especiais. É verdade. De fato, não estamos preparados para isso. Se estivéssemos, o nosso compromisso essas crianças e jovens não se traduziria como um desafio. É desafio exatamente porque não sabemos como fazer. Temos que investigar, buscar, descobrir.

O que precisa ser compreendido é que mesmo pelo panorama do “desafio” essas profissionais que prestam atendimento na sala de recursos precisam estar munidas de técnicas e saberes teóricos que os auxiliem na sua prática, além de estarem mais preparados para receberem o público-alvo pelo qual a sala de recursos foi idealizada. Caso contrário, a sensação poderá ser de não estar cumprindo efetivamente sua missão com os alunos que frequentam a SRM.

3. Metodologia

A ideia inicial foi analisar os relatórios dos alunos do Pibid entre os meses de Fevereiro e Agosto de 2019. Os pibidianos que atuam nas salas de AEE de três escolas do município de Teresina entregam todo mês um relato com todas as atividades desenvolvidas com os estudantes atendidos nas salas de RMS dos devidos colégios.

Tal análise terá como finalidade verificar que atividades pedagógicas estão sendo realizadas com cada criança ou jovem que frequenta a SRM. Ou seja, a intenção foi constatar quais os diagnósticos de cada aluno atendido e que tipo de práticas pedagógicas estão sendo dirigidas e executadas com eles.

Um ponto fundamental a ser exposto é que muitas vezes estudantes com o mesmo laudo não usam as mesmas atividades, isso pelo fato de que algumas deficiências e dificuldades de aprendizagem apresentam variações, e além disso, também leva-se em conta a subjetividade dos alunos no que se refere às suas preferências.

4. Discussões e Resultados

Vejamos alguns aspectos verificados nas salas de recursos. As demandas atendidas atualmente nessas três escolas se configuram ,como: TDAH,TEA,TOD, Dislexia, Deficiência Intelectual e Síndrome Epilética Generalizada. Vale lembrar que TDAH, Dislexia, TOD não são demandas que deveriam ser atendidas pelos profissionais no espaço das SRM. Além disso, muitas vezes esses diagnósticos aparecem associados com demandas que são próprias das salas de Recursos, como por exemplo Deficiência Mental. Um exemplo disso é que o aluno que apresenta o diagnóstico de Síndrome Epilética Generalizada também tem evidenciado no seu laudo um quadro típico de Deficiência Mental.

Nas três escolas detectamos que são recebidos alunos nas SRM que não têm laudo médico, isso por que a família não consegue consulta com o médico neurologista ou psiquiatra, e assim, sabendo que a criança tem uma deficiência ou dificuldade ainda não detectada claramente, mas que a impede de aprender e desenvolver, muitas escolas optam por atender esse público em suas SRM. E a questão posta aqui é: que atividade executar com uma criança sem laudo? Como planejar um cronograma de ações pedagógicas para o público sem laudo médico? É inegável que temos aqui um importante tema a ser discutido.

5. Considerações Finais

Uma questão relevante foi constatar que diante desse panorama não fica difícil prever que as práticas pedagógicas são diversas não só por respeitar as individualidade de cada sujeito, mas também pelo fato que o público atendido nas SRM é muito mais variado do que o que está previsto nos documentos normativos que dispõe a respeito do AEE e das SRM

Palavras-chave: Público-Alvo da Sala de Recursos Multifuncionais. Atendimento Educacional Especializado. Práticas pedagógicas.

6. Apoio

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Universidade Federal do Piauí - UFPI

7. Referências

TUNES, E. Por que falamos de inclusão? **Linhas Críticas**. Brasília, v.9, n 16, jan/jun, 2003.

BENDINELLI, R.C. **Atendimento educacional especializado (AEE): pressupostos e desafios**. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/atendimento-educacional-especializado-pressupostos-desafios/> Acesso em 22 de ago de 2019.

LUNA, C.F. Sala de Recursos Multifuncionais (SRM): Uma Política Pública em Ação no Sudoeste Baiano.2015. **Tese (doutorado em Educação)**. Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador.